CADERNOS DE HISTÓRIA

11

VICTOR DE AZEVEDO

ATUAÇÃO REAL DE RAPOSO TAVARES NA VIAGEM AO «RIO DAS ALMANZONAS»

OBELISCO

Todos os livros e documentos publicados na Coleção CADERNOS DE HISTÓRIA, são apresentados na íntegra, mesmo quando parte de obra maior, como nos dois únicos casos dos Cadernos n.ºs 5 e 8, onde a matéria versada comporta, perfeitamente, sua publicação tal como foi feita, dentro de um critério em que o leitor fica amplamente informado.

LIVROS PUBLICADOS

1 MEMÓRIAS DE MARTIM AFONSO DE SOUSA (esgotado)
2 HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ TRATADO DA TERRA DO BRASIL
Pêro de Magalhães Gandavo
3 INFORMAÇÕES DO BRASIL E SUAS CAPITANIAS (1584)
José de Anchieta
4 ORIGEM DO LATIFÚNDIO NO BRASIL (esgotado)
Brasil Bandecchi
5 CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL PELAS MINAS DO OURO
André João Antonil
6 DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO
Pêro Lopes de Sousa
7 ESCRITOS POLÍTICOS
José Bonifácio de Andrada e Silva
8 A ESCRAVIDÃO AFRICANA NO BRASIL
Perdigão Malheiro
9 RELAÇÃO DO RIO TIETÊ
Leonardo Arroyo
10 BREVE RELAÇÃO DA VIDA E MORTE DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA
Quirício Caxa

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

- A NOVA GAZETA ALEMÃ (documento escrito em 1515)
- DA ABERTURA DOS PORTOS À INDEPENDÊNCIA (documentário)
- EXCERTOS DA OBRA DE CAPISTRANO DE ABREU
- CAUSAS OCULTAS DA QUESTÃO CHRISTIE
Lafayete Rodrigues Pereira

11

CADERNOS DE HISTÓRIA
DIREÇÃO DE BRASIL BANDECCHI

EDITÔRA OBELISCO LIMITADA
R. ANHANGUERA, 66 - CX. POSTAL, 1.821
TELEFONE 51-3095 — SÃO PAULO — 1966

VICTOR DE AZEVEDO

ATUAÇÃO REAL DE RAPOSO TAVARES NA VIAGEM AO «RIO DAS ALMANZONAS»

EDITÔRA OBELISCO

ÍNDICE

Uma interpretação errônea

Num dos excelentes estudos que inseriu em seu livro *Caminhos e Fronteiras* (1957), Sérgio Buarque de Holanda diz textualmente, referindo-se ao sul de Mato Grosso: «A área ainda hoje chamada da Vacaria foi cruzada por Antônio Raposo Tavares quando de sua gigantesca expedição à Amazônia» (pág. 166). O ilustre escritor repete o que se tem afirmado com freqüência, mas temos abundantes motivos para adiantar que a informação carece de base. De modo geral, ela procede de conhecimento ainda insuficiente e de interpretação errônea de uma das grandes marchas pelo interior brasileiro, em meados do século XVII — precisamente aquela que deu à figura de Antônio Raposo Tavares uma dimensão lendária.

A verdade é que o famoso mestre de campo pessoalmente jamais estêve na Vacaria de Mato Grosso. A afirmativa, evidentemente, exige provas, e estas nos vão levar ao exame pormenorizado de uma bandeira que se estendeu, no tempo, por quatro ou cinco anos e pelo espaço de quase um continente.

Os dados que vamos coordenar e analisar não são novos, mas dêles pretendemos extrair evidências com que até agora não atinou a maioria dos autores que já versaram o assunto.

Sugestão de Silva Leme

É indiscutível, e geralmente proclamada, a autoridade de Luiz Gonzaga da Silva Leme, autor da *Genealogia Paulistana,* como devassador dos nossos arquivos coloniais. Pois a Silva Leme não passara despercebida a circunstância de que Antônio Raposo Tavares não se encontrava em São Paulo justamente no período em que, com o objetivo de atingir e atravessar a Vacaria de Mato Grosso, daqui teria encetado jornada para a Amazônia. O notável genealogista, contrariando uma versão já cristalizada no seu tempo, chegou à conclusão de que o mestre de campo, para empregarmos as suas próprias palavras, partira do Norte, «onde se achava em socorro da restauração de Pernambuco». «A partida de São Paulo — insiste Silva Leme — e a travessia do Brasil de Sudeste a Nordeste foram episódios fantàsticamente enxertados por Southey e por Azevedo Marques quando fizeram a narração dêsse acontecimento erradamente atribuído a

Antônio Raposo Pegas» *(Genealogia Paulistana,* vol. 6.º, pág. 449, nota).

Estudo de Washington Luís

Não deixa de ser estranho que esta observação de Silva Leme, embora parcialmente suscetível de correção, tenha sido desprezada pelos que posteriormente trataram da matéria. Com efeito, se excluírmos um evidente anacronismo, referente à luta pela restauração de Pernambuco — sabe-se que Raposo Tavares ali atuou como comandante do socorro paulista, mas cêrca de 10 anos antes — o comentário do genealogista até hoje não perdeu validade. É o que veremos.

Em sua monografia de 1904 *(Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. IX, págs. 484 a 533), Washington Luís constrói um trajeto imaginário para a bandeira em aprêço. Trabalhou exclusivamente com hipóteses. E assim ainda aumentou as confusões já existentes em tôrno da emprêsa, substituindo por novas as fantasias de seus predecessores. Segundo êste autor, o intinerário dos sertanistas foi um único, e sempre a partir de São Paulo.

Dados o prestígio pessoal de Washington Luís e os aspectos positivos de seu estudo esta versão adquiriu foros de verdade incontestável, firmada com pedra e cal.

A patente de Manuel de Sousa da Silva

As coisas se achavam nesse pé quando a publicação da série do Registro Geral pelo Departamento do Arquivo do Estado veio revelar um documento nôvo sôbre a «viagem ao Rio das Almanzonas». Julgamo-lo de considerável importância para a demonstração que temos em vista. O Prof. Ellis Junior, em pequeno fragmento, estampou-o no seu *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano,* mas sem tirar dêle as ilações que se impunham e que de fato implicavam, como implicam, em séria corrigenda ao itinerário proposto por Washington Luís. De resto, ninguém o fêz até hoje.

O documento aludido consiste numa patente de capitão-mor concedida a Manuel de Souza da Silva. Diz textualmente na sua parte inicial: «Faço saber aos que esta minha patente virem que por o marquês de Cascais Dom Álvaro Pires de Castro, donatário da capitania de São Vicente e São Paulo, no Estado do Brasil, me haver proposto para capitão dela três pessoas, na forma de minhas ordens, para eu escolher e nomear o que fôsse servido,

e ser uma delas o alferes Manuel de Sousa da Silva, que me tem servido algum tempo no Maranhão, achando-se com o Capitão Pedro da Costa Favella no castigo que foi dar ao gentio truquejão por comerciar com os holandêses, acompanhando depois ao mestre de campo Antônio Raposo Tavares por seu alferes, na viagem que fêz em descobrimento de minas que durou quatro anos»... (Registro Geral, II, págs. 489 e 490).

Atente-se bem para esta circunstância: o texto esclarece que o alferes Manuel de Sousa da Silva servira ao rei Dom Afonso, por «algum tempo», não em São Paulo, mas no Maranhão. E como servira no Maranhão? Da seguinte maneira:

I Achando-se com o Capitão Pedro da Costa Favella no castigo que foi dar ao gentio truquejão por comerciar com os holandêses;

II Acompanhando depois ao mestre de campo Antônio Raposo Tavares por seu alferes na viagem que fêz em descobrimento das minas, que durou quatro anos.

Êste raciocínio tão simples, que em nada força o texto da patente, transcrita literalmente, mostra a sagacidade de Silva Leme ao enunciar a sua convicção de que o mestre de campo partira do Norte para a viagem ao Amazonas. Ora, se partira do Norte jamais poderia ter feito o trajeto que Washington Luís lhe atribui e ter varado a Vacaria de Mato Grosso.

Outros elementos fortalecem a nossa interpretação. E êles ocorrem na própria patente de Manuel de Sousa da Silva. Êste militar reinol só veio para São Paulo em 1657. Até então vivera no Maranhão e em Portugal, onde servira como soldado nas fronteiras do Alentejo (Registro Geral, II, págs. 490 a 493). No Norte da colônia, como se viu, fôra companheiro de armas do Capitão Pedro da Costa Favella.

A evocação dêste nome é altamente expressiva. No seu *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* (pág. 148) Carvalho Franco lhe dedica um verbete. Recorda que Favella acompanhara Pedro Teixeira na subida ao Amazonas até Quito, em 1637, e que como sertanista agira nos vales do Tapajós e do Tocantins. A êle também se refere o padre João de Sousa Ferreira na *América Abreviada,* quando trata de bandeira chefiada por Bartolomeu Barreiros de Ataíde: «Foi em vida do senhor rei Dom João IV, de gloriosa memória — diz êste autor seiscentista — mandado ao Estado um Bartolomeu Barreiros de Ataíde com uns mineiros, Antonio da Costa, veneziano, Justo Fortunato e João Estaes, franceses, para descobrirem ouro e prata; e depois de terem descorrido pelos sertões das Amazo-

nas dois anos sem efeito, voltaram por desordens de obrigarem a ir com os ditos um Pedro da Costa Favella por soldado razo, tendo enjeitado ir por sargento-mor, a quem os indios rendiam muita fé e obediência, assim por ser seu natural pernambucano, como por ter sido seu cabo em boas ocasiões de guerra (a que naquela ocasião havia aspirado)» (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LVII, Parte I, pág. 33).

Cabe aqui lembrar que entre as peças arquivais estampadas por Jaime Cortesão em apêndice ao seu livro *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil* figura o alvará que autorizava o referido Bartolomeu Barreiros de Ataíde a pôr em execução o seu plano de pesquisas de minas «que se entende haver no distrito do Maranhão». (Ob. citada, pág. 436). Registre-se a data dêsse alvará: 30 de julho de 1647.

Nada, que se saiba, autoriza afirmar que Manuel de Sousa da Silva, futuro alferes de Raposo Tavares, tenha estado antes (1637) com Pedro Teixeira na subida do rio-mar até Quito, ou na entrada de Ataíde (1647). É claro, porém, que êle viveu entre os referidos expedicionários e conhecia bem a região maranhense e o delta amazônico. Emerge, também, dos documentos citados a certeza de que, por essa época, era grande o empenho da coroa portuguêsa em descobrir minas de ouro e prata no sertão, através de entradas que se irradiassem do Norte da colônia. Que há de extraordinário é que, falhando como falhou a tentativa de Ataíde, a coroa portuguêsa persistisse no seu plano? Para nova jornada, com idêntico objetivo, é natural que houvesse convocado ou aceito os serviços de um militar de renome e experiência, adquiridos no Sul como sertanista: o mestre de campo Antônio Raposo Tavares. Êste, segundo tudo leva a estabelecer, reuniu no Norte os componentes de uma tropa que mais lhe pareceram aptos para o empreendimento, inclusive o nosso já conhecido Manuel de Sousa da Silva.

A «Informação» de 1674

Mas — objetar-se-á — não existe uma «Informação» de 1674 declarando expressamente que «Antônio Raposo» «saiu da vila de São Paulo» à frente dessa bandeira? Tal relatório — respondemos — realmente existe, e sua importância ainda sobremodo se amplia pelo seu caráter oficial. O escritor Paulo Prado o descobriu e Afonso d'E. Taunay o divulgou quase que na íntegra em sua *História da Vila de São Paulo no século XVIII* págs. 217 a 219). Trata-se de trabalho firmado por Manuel Barreto de Sampaio e suscitado por uma «consulta sôbre a confirmação

do perdão que pede Fernão de Camargo, em nome das famílias dêste apelido e da dos Pires». (Veja-se o volume XLIV, 2.ª parte, págs. 342 a 344 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, que publica o documento na íntegra).

Mas a verdade ordena que se diga, com tôda a franqueza, que Taunay, se realmente leu, não entendeu o relatório em aprêço. A maneira pela qual lhe cita um trêcho em obra muito posterior, de 1951, — a sua *História das Bandeiras Paulistas* (tomo I, pág. 98) — revela persistir em sua velha crença de que Manuel Barreto de Sampaio escrevia de São Paulo. Uma leitura atenta da «Informação» de 1674, todavia, absolutamente não autoriza tal conclusão. Êste alto funcionário reinol refere-se à «vila de São Paulo», e não a «esta vila de São Paulo», aos «moradores daquela vila», e não «desta vila», a estradas abertas para a «vila de São Paulo», etc. Ora, tais expressões já bastam para evidenciar que Barreto de Sampaio se achava, ao compor sua «Informação», em outra localidade. Mas há mais, e melhor. Emitindo elogiosas referências aos paulistas, declara textualmente: «Êstes moradores são aquêles que por várias vêzes *vieram* (grifo nosso) à Bahia a desbaratarem o gentio tapuia, que lhes destruía o recôncavo». E em seguida: «Pròximamente nos arcos de 672 a 73 *vieram* (grifo nosso) por ordem dos governadores do Brasil Alexandre de Sousa e Afonso Furtado outra vez à Bahia com mais de 400 pessoas brancas, fora mamelucos e índios, a dar guerra ao gentio bárbaro».

Está claro, claríssimo que Barreto de Sampaio redigiu o seu trabalho em Salvador da Bahia, capital da colônia. De outro modo não teria grafado «vieram à Bahia» e sim empregado outro verbo, de sentido opôsto no tempo e no plural correspondentes, como «foram», por exemplo.

A determinação do local em que se elaborou a «Informação» é decisiva no caso, pois a certa altura ela adianta: «Desta vila saiu o mestre de campo Antônio Raposo, em descobrimento dos sertões, empenhando-se de tal modo que, vindo a parar em Quito, daí pelo Rio das Almanzonas veio sair ao Maranhão, em cuja viagem passaram grandes trabalhos, e gastaram mais de três anos».

Aí está, Antônio Raposo saiu da Bahia, não de São Paulo, como pretendem Carvalho Franco, Cortesão, Washington Luís, Taunay, e outros, pois neste caso Sampaio jamais teria dito «desta vila» e sim «daquela vila», como aliás rigorosamente se expressa quando de fato alude ao burgo dos paulistas.

Uma carta de Vieira

Raciocine-se agora: o mestre de campo, saindo da Bahia, em hipótese alguma poderia adotar o itinerário que Washington Luís idealizou, no pressuposto evidente de que êle encetara viagem em São Paulo. Se o seu objetivo era o Amazonas, buscaria, sem dúvida, penetrar no grande rio pela via marítima, mais fácil e rápida. De resto, a presença do alferes Manuel de Souza da Silva em sua tropa indiscutìvelmente indica a sua passagem pelo Maranhão.

Acrescente-se que Raposo Tavares há muito tempo se achava ausente de São Paulo. Uma procuração descoberta por Carvalho Franco no livro de notas de Ascenso Luiz Grou, tabelião de Parnaíba, revela que em 1642 o mestre de campo velejara para o reino, não voltando desde então. (*Dicionário dos Bandeirantes*, página 411).

As confusões a respeito desta bandeira resultaram da amplitude com que foi concebida, sob o bafêjo oficial. Ela se dividiu em duas tropas. Quem o diz é um contemporâneo dos próprios acontecimentos, ou seja o padre Antônio Vieira. Seu depoimento consta de uma carta escrita nos primeiros meses de 1654, publicada e comentada por Jaime Cortesão em apêndice de seu livro sôbre Raposo Tavares, já citado.

Importa acentuar que, do mesmo modo que Taunay não entendeu a «Informação» de Barreto de Sampaio, o brilhante escritor português não entendeu a carta de Vieira.

«No ano de 649 — diz o padre — partiram os moradores de São Paulo ao sertão, em demanda de uma nação de índios chamados serranos, distante daquela capitania muitas léguas pela terra dentro, com intento de, ou por fôrça ou por vontade, os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo e aí se servirem dêles como costumavam. Constava o arraial de duzentos portuguêses e mais de mil índios de armas, divididos em duas tropas:2 a primeira governava o mestre de campo Antônio Raposo Tavares, que ia também por cabo de tudo, a segunda o Capitão Antônio Pereira».

O jesuíta ignorava, ou talvez os omitisse deliberadamente, a presença de Raposo Tavares na Bahia e o caráter oficial do empreendimento. Denunciou neste, apenas, a finalidade de caça ao índio, pois isto fazia parte de sua política. A sua redação aparentemente dá razão aos que, como Washington Luís e Taunay, situam em São Paulo o ponto inicial da jornada realizada pelo mestre de campo. Mas só aparentemente. Ao desdobrar-se a narrativa um fato nôvo, de extraordinário alcance, reponta da

exposição de Vieira: tudo o que acontece — e foram coisas terríveis! — acontece com a segunda tropa, comandada pelo Capitão Antônio Pereira. A figura de Raposo Tavares desaparece inteiramente do cenário.

É a tropa do Capitão Antonio Pereira, e não a comandada diretamente pelo mestre-de-campo, que, após meses de viagem, ataca uma aldeia jesuítica da Província do Paraguai. É ela, não a outra, que sofre os horrores da peste, da fome e da guerra. «A peste foi tal — pormenoriza Antônio Vieira — que nenhum ficou que não adoecesse mortalmente; a fome era quase extrema, porque as raízes e os frutos das árvores era o maior regalo dos enfêrmos, e êsses não havia ainda quem tivesse fôrças para ir buscar e colhêr; sobretudo, no meio desta fraqueza e desamparo, eram continuamente assaltados de bárbaros de pé e de cavalo, que os atravessavam com (flechas), não lhes valendo a diferença e melhoria das suas armas, porque apenas havia quem as manejasse».

Prosseguindo, o padre Vieira esclarece que só «ao cabo de um ano das maiores misérias que jamais se padeceram» é que a tropa do Capitão Antônio Pereira veio a encontrar-se com a outra, dirigida por Antônio Raposo Tavares. Sôbre o itinerário desta última o narrador nada informa. Mas é evidente que o mestre de campo não atravessara a «Província do Paraguai», o que vale dizer, a Vacaria de Mato Grosso, ou o fizera muito tempo antes, e é isto o que ninguém até hoje mostrou à base de fatos.

Em sua obra, já referida, Jaime Cortesão reproduz alguns depoimentos jesuíticos, reunidos na Coleção de Angelis, e que se entendem com o assunto. O primeiro dêles é a relação de um anônimo em que se informa quanto ao estado das reduções da Companhia no Paraguai. O anônimo em questão adianta que a 2 de novembro de 1648 a aldeia de Mboymboy sofrera devastador ataque da parte de uma bandeira de paulistas. O padre Cristobal de Arenas, que ali pastoreava, fôra prêso pelos sertanistas e encerrado numa choça, da qual conseguira evadir-se. «En el qual tiempo — declara textualmente a relação — le dixeron que Antônio Raposo Tavares salteador insígne de estas malocas avia venido de Portugal, donde el duque revelado le avia hecho su Maesse de Campo para estas conquistas, en especial para abrir passo al Piru con facultad para llevar de la Baya siete medianas pieças de Campaña y que de hecho venia». (Op. cit., pág. 285).

O sentido dêste trêcho não pode ser sofismado. Os paulistas que a 2 de novembro de 1648 haviam atacado a redução de

Mboymboy, não estavam sob o comando pessoal de Antônio Raposo Tavares. Segundo disseram — e esta informação confirma plenamente o relatório de Barreto de Sampaio — o mestre de campo se achava na Bahia, na iminência de encetar viagem e «abrir passo al Piru».

O mesmo informe é dado, com pequena variante, pelo padre Bonilha, em carta ao governador do Paraguai: «Nuevas traen los inimigos muy malas si son verdaderas, porque dicen que el Duque de Braganza ha hecho a Tavares Maese de Campo para conquistar estas tierras y hacer paso para el Peru y que viene ahora con mucha gente...» (Op. cit., pág. 311).

Ora, se em novembro de 1648 Tavares estava de partida («viene ahora») é porque os atacantes de Mboymboy se haviam antecipado na marcha de uns cinco ou seis meses. Taunay, parafraseando êste tópico do padre Bonilha, chega a admitir que os aludidos bandeirantes constituiam «a vanguarda de fôrças avultadas a que comandava Raposo Tavares» (*História das Bandeiras Paulistas,* I, pág. 91). Aproxima-se muito mais da verdade, portanto, do que o já citado Jaime Cortesão, que assevera não haver dúvida de que «uma das tropas, a de Raposo Tavares, se tenha antecipado na partida». (Op. cit., pág. 338).

Junção das duas tropas

Já agora não será difícil identificar o Capitão Antônio Pereira de que fala o padre Antônio Vieira. Aliás, outros já o fizeram. Êle surge numerosas vêzes na documentação municipal de São Paulo, sendo o primeiro signatário do testamento de Pedro Fernandes, que a 15 de maio de 1648 se achava «neste Pôrto de Pirapetingy estando para me embarcar a fazer uma viagem rio abaixo» (Inventários e Testamentos, vol. 12, pág. 391).

O Capitão Antônio Pereira — Antônio Pereira de Azevedo era o seu nome por extenso — realmente saiu de Parnaíba, onde residia e exercia o cargo de juiz ordinário (em sua ausência foi substituído por Martim da Costa, como se lê à página 105 do volume 37 dos *Inventários e Testamentos)* e navegou com seus homens «rio abaixo», isto é, pelo Tietê, rumo à Vacaria de Mato Grosso. Não pode haver dúvida de que estava sob o seu comando a tropa que atacou a aldeia jesuítica de Mboymboy e participou de todos os dramáticos acontecimentos narrados pela pena de Vieira.

Segundo o famoso jesuíta, a gente de Antônio Pereira de Azevedo sòmente após um ano de incríveis sofrimentos pôde encontrar-se, já ao norte da «Província do Paraguai», com a tropa diretamente conduzida por Antônio Raposo Tavares. Fê-lo tão diminuída «que dos portuguêses lhe faltava a metade e dos índios as duas partes, e os que restavam mais pareciam desenterrados que vivos».

Onde se deu a junção das duas tropas? O padre Vieira não é preciso a êste respeito, mas calcula, para tanto, uma distância correspondente a um ano de marcha da aldeia de Mboymboy. Os expedicionários, na fase imediatamente posterior, incursionaram pelo território dos índios serranos. O padre Vieira explica o episódio do seguinte modo: «Juntas assim as duas tropas, chegaram enfim à terra dos seus desejados serranos; as quais porém seis meses se detiveram neste lugar insistindo com novas diligências de fôrça e marcha para reduzir a si os serranos; e pôsto que neste tempo, e em todo o ano seguinte, que também gastaram em descobrir novos sertões e gentes, se lhes renderam alguns índios, assim serranos como doutras nações, os quais três léguas das suas povoações, os receberam com flechas e ciladas que lhes tinham armado, e metendo-se todos pelos bosques os deixaram frustrados das suas esperanças, após das quais havia dois anos que caminhavam, com promessa de os acompanharem e seguirem».

É provável que êste território dos índios serranos corresponda geogràficamente ao próprio departamento peruano de Quito, a que sumàriamente alude Barreto de Sampaio em sua «Informação» de 1674 e do qual fala também o cronista Berredo, ao narrar os combates sustentados pelos bandeirantes, nesta segunda fase, já agora sob o comando global e direto de Antônio Raposo Tavares, na sua qualidade de mestre de campo da expedição. (*Anais Históricos,* 3.ª edição, 1905, II volume, págs. 81 e 82).

Sôbre as peripécias do percurso inicialmente feito pelo mestre de campo não ficaram documentos escritos. A sua entrada pelo delta amazônico, contudo, rigorosamente se deduz das circunstâncias analisadas neste trabalho. Bem ponderado tudo, é óbvio que êle navegou no sulco deixado pela expedição de Pedro Teixeira. A certa altura do trajeto teria infletido por um dos numerosos tributários da margem direita do Amazonas, que lhe teria dado acesso à área geográfica em que, segundo plano predeterminado, deveria esperar pela gente do Capitão Antônio Pereira de Azevedo.

Vê-se, portanto, que a bandeira fôra concebida sob a forma de um movimento de torquês, uma imensa torquês, cujos arcos se foram fechando lentamente até a junção final. Daí por diante temos história conhecida e pormenorizada, através dos depoimentos de Antônio Vieira e de Berredo. Os sertanistas retornaram pelo Amazonas e no princípio de 1651 aportaram à fortaleza de Santo Antonio de Gurupá.

Esclarecimento complementar

O testamento de Catarina Bicudo, filha de Antônio Luiz Grou e de Guiomar Bicudo, falecida em Taubaté a 6 de outubro de 1686, consigna que seu marido Gaspar Vaz Madeira estava ausente, pois fôra «para o sertão do gentio Iratens na tropa de Antônio Raposo Tavares, permanecendo no Grão Pará sem mais dar notícia de si». (Pedro Taques, *Nobiliarquia Paulistana,* 2.ª edição, vol. II, pág. 500).

Esta informação sumário, lançada por um escrivão distante do fato aludido cêrca de 30 anos, em nada invalida o que aqui foi exposto e comentado. Admita-se que a designação «gentio Iratens» resulte de um êrro de leitura. Seria «gentio Itatins», o qual habitava a Vacaria matogrossense. Nesse caso, teríamos uma prova da passagem de Raposo Tavares pela referida região.

Tal conclusão, porém, seria precipitada. O bandeirante Gaspar Vaz Madeira, filho de Pedro Madeira e de Violante Cardoso (sobrinho paterno, portanto, de Águeda Rodrigues, mulher de Manuel Prêto, o «Herói do Guairá»), é encontrado em São Paulo anos antes da viagem aos itatins. A 19 de dezembro de 1644 êle compareceu perante o juiz dos órfãos a fim de pleitear um empréstimo de 11 mil e 900 réis. *(Inventários e Testamentos,* vol. 29, págs. 272 e 273). Apresentou como fiador e principal pagador o seu cunhado Pedro Dutra Machado (Silva Leme, *Genealogia Paulistana,* vol. 8.º, pág. 11).

Isto prova que o sertanista Gaspar Vaz Madeira morava efetivamente em São Paulo e aqui tinha negócios. Provàvelmente teria embarcado na leva que deixara o pôrto de Pirapitingui em maio de 1648.

Circunstâncias idênticas já não ocorrem em relação a Raposo Tavares. Já vimos o que Carvalho Franco documentadamente mostrou: que desde 1642, com procuração de moradores de Parnaíba, se ausentara êle para Portugal. E foi — acrescentamos — uma ausência excepcionalmente dilatada. Basta lembrar que em março de 1646, dois anos, apenas, antes da descida dos bandeirantes paulistas «rio abaixo», a segunda mulher de Antônio Raposo Tavares, Lucrécia Borges, era intimada a pagar uma dívida de seu marido, na importância de 32 mil réis, sinal iniludível de que o mestre de campo não se achava presente. *(Inventários e Testamentos,* vol. 29, pág. 133).

É incontestável que Gaspar Vaz Madeira seguiu em bandeira para as terras do gentio Itatins. O testemunho de sua espôsa não pode ser pôsto em dúvida. Não navegou, contudo, na companhia de Antônio Raposo Tavares e sim, segundo supomos, integrado na leva do Capitão Antônio Pereira de Azevedo. Com o perpassar do tempo estas distinções se deliram. Compreende-se, pois, que para o comum dos paulistas a determinação do empreendimento se fizesse, na tradição oral, de preferência com o nome de seu chefe supremo.

Vínculos de parentesco

O testamento de Pedro Fernandes — bandeirante que já estivera em 1623 no sertão, sob o comando do Capitão Manuel Prêto (*Inventários e Testamentos,* vol. 6.º, págs. 93 e 127), registra como seus companheiros, além de Antônio Pereira Azevedo, os seguintes: Francisco Bicudo Furtado, Vicente Annes Bicudo, Antônio de Andrada, Miguel de Qdo. (Quevedo?) Martinho, Sebastião de Peralta, Francisco Diniz e Manuel Velho Moreira.

A identificação de alguns dêstes homens tem sido feita de modo inexato ou incompleto. O historiador Carvalho Franco, apesar de ser um dos mais argutos e bem informados, ignora por exemplo, que Francisco Bicudo Furtado e Vicente Annes Bicudo, eram irmãos (*Dicionário dos Bandeirantes,* págs. 68 e 168), filhos ambos de Vicente Bicudo e Ana Luiz Grou. Em relação a Francisco Diniz já foi menos omisso, pois, embora em dúvida, o indica acertadamente como filho de Cristóvão Diniz. (Op. cit. pág. 137).

Estas minúcias, aparentemente livrescas e ociosas, revestem-se, no caso, de fundamental importância, pois iremos com elas ampliar o conhecimento que se tem a respeito da gente que desceu «rio abaixo» sob as ordens do Capitão Antônio Pereira de Azevedo.

Evidentemente, os nomes arrolados no testamento de Pedro Fernandes, representam apenas uma pequena fração do grande exército paulista que empreendeu a jornada. Convém advertir, para a demonstração que temos em vista, que as bandeiras eram organizadas em grande parte pelo critério do parentesco, isto é, associavam-se para o mesmo cometimento pais, filhos, irmãos, cunhados, primos, genros, sogros e até mesmo netos e avós. Isto era tão geral que chega a constituir uma regra. Já vimos que da pequena lista revelada pelo testamento de Pedro Fernandes emergem, e não por acaso, dois irmãos — Francisco Bicudo Furtado e Vicente Annes Bicudo. Seriam, entre os ser-

tanistas, os únicos representantes da família? Os documentos, se bem esmiuçados, asseveram que não.

Veja-se, a propósito, o testamento e inventário de Bernardo Bicudo, falecido em sertão indeterminado a 24 de março de 1649. (*Inventários e Testamentos*, vol. 15, págs. 173 e 176). Em geral, os nossos historiadores interpretam êsse óbito como episódio de uma bandeira autônoma, pois na verdade aparece como seu chefe o Capitão Francisco de Paiva. Mas entre os companheiros do bandeirante inventariado é possível distinguir precisamente o pai do já citado Francisco Diniz, o que vale dizer, Cristovam Diniz, e um irmão dêste e tio paterno daquele, Domingos Dias Diniz.

Que significação nos é lícito atribuir a tal fato? Méra coincidência? Seria admissível, porventura, que, em período idêntico, pai e filho, assim como tio e sobrinho se houvessem empenhado em viagens diferentes? A boa lógica diz que não. Observe-se, ainda, que no rol dos homens que assinaram o testamento de Bernardo Bicudo igualmente se assinala o nome de Domingos Nunes Bicudo, que Carvalho Franco também não identifica, mas que era sabidamente irmão dos dois comandados do Capitão Antônio Pereira de Azevedo já aludidos — Francisco Bicudo Furtado e Vicente Annes Bicudo. (Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, vol. 6.º, págs. 467 e 468).

São numerosas as vinculações desta natureza entre as duas bandeiras, e de tal modo abundantes, que nos levam imperiosamente à convicção de que na verdade constituiam dois destacamentos do mesmo exército de sertanistas. Indicaremos as principais.

Quem era Bernardo Bicudo? O seu testamento o diz: genro de Manuel da Costa do Pinno e concunhado de Alberto Lobo Tinoco (*Inventários e Testamentos*, 15, pág. 182). Sôbre o sogro ocorrem esclarecimentos complementares na obra de Silva Leme. Com efeito, vinha a ser êle cunhado de Cristóvão Diniz e de Domingos Dias Diniz. Assim, por via de conseqüência, e através da mesma pesquisa genealógica, já não se pode ignorar que a mulher de Manuel da Costa do Pinno, Antonia de Chaves, rigorosamente se situa como tia paterna de Francisco Diniz (*Genealogia Paulistana*, vol. 9.º, págs. 55, 56 e 57).

Aprofundemos um pouco mais estas relações de parentesco. Vale a pena. Os dois irmãos Cristóvam Diniz e Domingos Dias Diniz eram também concunhados entre si, pois casaram com duas irmãs, Izabel da Costa e Agostinha Rodrigues, ambas filhas do Capitão Domingos Fernandes, o fundador de Sorocaba. (Op. cit. vol. 7.º, pág. 250).

E não é só. Quem quer que esteja a par da biografia do Capitão Antônio Pereira de Azevedo não pode desconhecer que casara em Parnaíba com Virgínia Missel, neta materna de Ângela Fernandes, e portanto sobrinha-neta do já citado Capitão Domingos Fernandes... (Op. cit., 7.º, pág. 257). De resto, um dos seus comandados, que com êle descera «rio abaixo», o nosso já conhecido Vicente Annes Bicudo, vinha a ser genro de outra sobrinha do fundador de Sorocaba, Catarina Dias, esta filha do famoso Capitão André Fernandes, de Parnaíba (Op. cit., 7.º pág. 225).

A conclusão que se tira, pois, é que o Capitão Francisco de Paiva não chefiava uma bandeira autônoma, sendo antes um sub-chefe da mesma tropa, subordinada às ordens de Antônio Pereira de Azevedo.

Mas as revelações não param aí. Temos a incorporar mais gente — e gente numerosa — a esta bandeira, que o comum dos nossos historiadores até agora vinha reduzindo a um grupo de nove pessoas. Para tanto temos que examinar, seguindo a mesma linha de raciocínio, o testamento de Afonso Dias, também falecido em sertão indeterminado a 25 de junho de 1648, isto é, no mesmo período de atuação das duas levas anteriores.

O bandeirante Afonso Dias marchava sob o comando do Capitão Antonio Domingues (*Inventários e Testamentos*, 15, pág. 55)) e tinha como companheiros três homens estreitamente aparentados entre si: João de Oliveira (que o Prof. Alfredo Ellis Júnior em geral confunde com João Sutil de Oliveira, mas que de fato era pessoa diversa), Simão Rodrigues Coelho e Jerônimo da Silva. O primeiro vinha a ser cunhado de Cristóvam Diniz (Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, vol. 9.º, págs. 55, 56 e 57); o segundo, que Carvalho Franco identifica com exatidão, era genro de Anastácio da Costa, êste por sua vez filho do Capitão Domingos Fernandes e sobrinho, pelo casamento com Clara Diniz, do mesmo Cristóvam Diniz (Op. cit., 7.º, pág. 248); o terceiro, genro do Capitão André Fernandes, e portanto aparentado de perto com a mulher do Capitão Antônio Pereira de Azevedo. (Op. cit., 7.º, pág. 226).

Acrescente-se mais um pormenor: na mesma leva do Capitão Antônio Domingues, figurou o bandeirante Martim Rodrigues, que Carvalho Franco não soube identificar, mas que outro não era senão Martim Rodrigues Tenório, casado com Sebastiana Ribeiro (Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, vol. 4.º, pág. 504, *Inventários e Testamentos*, 39, págs. 39 a 48), primo-irmão de Ana Tenório, mulher de Pedro Fernandes, aquêle mesmo do pôrto de Pirapitingui, já nosso conhecido.

Estrutura militar da bandeira

Fica, pois, demonstrado que os Fernandes, Povoadores de Parnaíba, tiveram influência decisiva na composição da bandeira de 1648-1651. Aliás, os elementos analisados não discrepam de investigações feitas por Taunay e registradas por Carvalho Franco. Segundo elas, o Capitão André Fernandes participou pessoalmente dessa árdua e perigosa jornada, comandando um dos destacamentos da grande expedição. Fê-lo «sob a capa de ir descobrir as sonhadas riquezas da serra de Sabaraboçú», mas «enveredou para um sertão muito diferente, nas fundas regiões do sudoeste brasileiro e lá pereceu nesse mesmo ano de 1648, com tôda sua tropa, escapando apenas duas praças, que conseguiram retornar a São Paulo». (Carvalho Franco, *Dicionário dos Bandeirantes*, pág. 151).

Já nos é possível, a esta altura, reconstituir aproximadamente a estrutura militar da grande bandeira:

Direção geral do mestre de campo Antônio Raposo Tavares. Comandou êle pessoalmente uma tropa organizada na Bahia, na qual Manuel de Sousa da Silva serviu como alferes. Subiu o Amazonas com peças médias de artilharia.

Secção paulista da mesma bandeira: comando geral do Capitão Antônio Pereira de Azevedo. Desceu o Tietê, a partir do pôrto de Pirapitingui, rumo da Vacaria de Mato Grosso. Mais três destacamentos integravam o conjunto da expedição, sob as ordens, respectivamente, dos capitães Francisco de Paiva, Antônio Domingues e André Fernandes.

Componentes do exército paulista: Antônio Pereira de Azevedo (capitão), Pedro Fernandes, Francisco Bicudo Furtado, Vicente Annes Bicudo, Antonio de Andrada, Miguel de Qdo. (Quevedo?) Martinho, Sebastião de Peralta, Francisco Diniz, Manuel Velho Moreira; Francisco de Paiva (capitão), Bernardo Bicudo, Lázaro Dias Diniz, Domingos Dias Diniz, Cristóvam Diniz, Manuel Colaço de Oliveira, Domingos Nunes Bicudo, Domingos Pais da Silva, Alberto Lobo Tinoco; Antônio Domingues (capitão), Afonso Dias, Jorge Ferreira da Rocha (escrivão), Pero Cabral de Melo, Manuel Domingues, João Pais Malio, Francisco Cordeiro, João de Oliveira, Antonio Cordeiro, Domingos Cordeiro, Pero Corrêa da Silva, Afonso Fernandes, Antônio Martins, Pero Domingues, Simão Rodrigues Coelho, Baltazar Ferreira, Roque Lopes do Amaral, Baltazar Carrasco dos Reis, Mateus Serrão, João Ferreira, Baltazar Gonçalves Malio, Jorge Gonçalves, Manuel de Saavedra, João Dias, Jerônimo da Silva, Martim Rodrigues (Tenório), Pascoal Dias, o môço, Gaspar Vaz Madeira e André Fernandes (capitão).

Temos, assim, arrolados pela primeira vez na historiografia paulista, 47 nomes de sertanistas, na qualidade explícita de participantes do extraordinário cometimento, aos quais se devem acrescentar os do mestre de campo e de seu alferes, únicos que se conhecem da secção Norte da jornada.

Vieira confirmado

Documento descoberto por Jaime Cortesão e inserto em seu livro sôbre Antônio Raposo Tavares, confirma plenamente as informações veiculadas pelo padre Antonio Vieira. Trata-se de uma provisão nomeando Antônio Pereira de Azevedo para o cargo de provedor da fazenda real no Espírito Santo. Êsse papel data de 5 de setembro de 1656 e esclarece que o aludido capitão fôra ao «descobrimento do rio das Amazonas, em cuja jornada gastou tempo largo, e viu morrer a maior parte de seus companheiros a fome e sêde, e vindo sair a parte do Maranhão e Pará, ficou ali servindo até o ano de 653 em praça de soldado» (Op. cit., pág. 450).

A alusão à morte dos sertanistas «a fome e sêde» evoca imediatamente as palavras do célebre jesuíta ao descrer a travessia dos pantanais matogrossenses, a partir da aldeia de Mboymboy. Particularmente, sôbre esta fase da jornada não existe, como vimos, nenhum indício, nenhum fragmento de prova que robusteça as velhas e débeis presunções de que Antônio Raposo Tavares dela participou pessoalmente. Vieira é categórico ao afirmar que o encontro das duas tropas integrantes da bandeira se verificou ao norte do Paraguai, em região convizinha ao território dos serranos.

Eis porque, no início dêste trabalho, demos ênfase particular à assertiva de que o mestre de campo jamais estêve na Vacaria de Mato Grosso.

Ali não estêve em 1648-49, e tampouco em períodos anteriores. Tempo houve em que alguns historiadores lhe atribuíram a chefia das bandeiras que, em 1632-33, atacaram diversas reduções habitadas por índios itatins, entre os quais Xerez. As primeiras retificações a tal respeito começaram a surgir com certas dúvidas levantadas pelo Prof. Ellis Júnior (veja-se *Meio Século de Bandeirantismo*, na série dos Boletins da Faculdade de Filo-

sofia, 1939, págs. 164, 165 e 166, nota). Taunay segue-lhe as pègadas e corrige velhos enganos quando escreve: «Os documentos sevilhanos acusam Raposo Tavares de promotor da campanha do Itatim, para êle reclamando especial castigo. Por aquela época, porém, as alusões dos papéis portuguêses indicam que êle se achava em São Paulo, onde irrompera grave pendência entre a Câmara Municipal e os jesuítas. (*História das Bandeiras Paulistas,* I, pág. 63).

A campanha do Itatim, realmente, como já está apurado, foi promovida por outros homens, entre os quais Carvalho Franco, apoiado na coleção de Angelis, aponta o nome do Capitão Ascenso de Quadros (*Dicionário dos Bandeirantes,* pág. 321). E é nossa crença de que a ela também pertence o inventário de Antonio da Silveira, feito no sertão em 1632 (*Inventários e Testamentos,* vol. 30, págs. 143 a 146). No número dos sertanistas revelados por êsse documento, assinala-se a presença de Bartolomeu de Quadros, irmão daquele chefe bandeirante.

Armas e munições de guerra

Na minuciosa biografia de Raposo Tavares, que escreveu, Carvalho Franco (Op. cit., pág. 411) insere um mandado de cobrança da Fazenda Real contra o mestre-de-campo, datado da Bahia, relativo a «armas e munições de guerra que se lhe deram nos armazéns desta cidade, para cumprimento das promessas que fêz e não cumpriu, declaradas em seu testamento, de que ainda está por cobrar a maior parte por remissão dos oficiais que até agora foram da dita Capitania», etc.

O autor do *Dicionário dos Bandeirantes,* a nosso ver, se equivoca ao julgar que essas armas e munições se destinavam a uma ação militar qualquer, não documentada, «nas capitanias do norte brasileiro», a ser realizada posteriormente a 1651. Se, como vimos, Antônio Raposo Tavares obteve em 1648 o fornecimento de peças de artilharia para levar a cabo a sua viagem ao Amazonas, é rigorosamente mais provável que diga respeito a êste compromisso o citado mandado de cobrança, processado em 1665. A nossa interpretação é tanto mais aceitável quando é certo que, após aportar a Gurupá, em 1651, Raposo Tavares, assim como os seus companheiros Antônio Pereira de Azevedo e Manuel de Sousa da Silva, se ausentaram para o Reino. Um «auto de diligência» descoberto por Jaime Cortesão o situa em Lisboa em setembro de 1655. (Jaime Cortesão, op. cit., págs. 387 fine e 388). Teria voltado a São Paulo três anos após, pois

o seu falecimento aqui se verificou em fins de 1658 ou começos de 1659. A tradição adianta que não foi reconhecido pelos seus próprios parentes. É compreensível que o episódio tenha ocorrido, não pelas fadigas e privações da jornada ao Amazonas, já remotas, mas pelo simples fato de que o mestre-de-campo estivera ausente desde 1642, isto é, haveria cêrca de 15 ou 16 anos.

Lástima é que o seu testamento e inventário, bem como os do Capitão Manuel Prêto e outros eminentes sertanistas, tenham desaparecido. Existem referências a tais documentos, mas êles devem ter sido colhidos na dispersão de inúmeros papéis dos velhos cartórios de São Paulo. Dessa dispersão dá testemunho pessoal o paulista João da Cunha Lobo, em 1681, quando informa: «Declaro que tomamos entre ambos com Antonio de Cárdenas dez mil réis a ganhos em juízo de órfãos, e como se perderam no tempo das bulhas muitos inventários, não apareceu dono dêste dinheiro que tomamos, dêsse dinheiro devo quatro mil réis ou cinco a ganhos des do tempo das bulhas, ou um ano antes». (*Inventários e Testamentos,* vol. 20, pág. 425).

O «tempo das bulhas» foi anterior a Pedro Taques. Daí, certamente, um dos motivos por que o linhagista se mostra incerto ou omisso a respeito de marcantes figuras paulistas do seiscentismo. E nesse número podemos incluir o mestre-de-campo Antônio Raposo Tavares — personalidade hoje assás louvada, mas cuja ação real permaneceu até agora indefinida, de certo modo hipertrofiada e envôlta em largas zonas de sombra.

Esclarecimentos sôbre três documentos básicos

Os três documentos que a seguir se estampam são básicos para o conhecimento da chamada viagem ao Amazonas. O primeiro em ordem cronológica é o testamento de Pedro Fernandes, bandeirante ainda pouco conhecido. Basta dizer que em seu «Dicionário» o diligente Carvalho Franco apenas lhe dedica cêrca de trinta linhas, suprindo as lacunas de seus predecessores neste gênero de estudos.

E contudo, Pedro Fernandes merece maiores atenções. Era filho de André Fernandes e de Maria Nunes, neto materno de Pero Nunes, um dos veteranos que acompanharam o Capitão Nicolau Barreto na famosa entrada de 1602, e de Isabel Fernandes, que Silva Leme e Américo de Moura identificam como irmã de Marcos Fernandes e Messiauçú. Aparentava-se, portanto, com os Pires, os Buenos e os Cunha Gagos.

Relativamente a André Fernandes, até hoje não se desfêz a perplexidade de historiadores e genealogistas. Américo de Moura, sempre tão minucioso, não lhe dá ascendência («Os povoadores do Campo de Piratininga», *in Revista do Arquivo Público Municipal,* vol. XXV, pág. 74, e Silva Leme, no vol. I da *Genealogia Paulistana,* pág. 47), registra na dúvida, como seus pais, os nomes de um outro André Fernandes e de Maria Pais. A dúvida realmente procede e a perplexidade substancialmente não se altera. Tanto assim que no volume IV de sua obra, pág. 432, Pedro Fernandes é descrito como filho do «Capitão André Fernandes». Isto já induziu alguns autores a incluí-lo na prole do fundador de Parnaíba.

Sim, estamos em face de um caso de homonímia, e homonímia relativamente complexa, pois compreende, pelo menos, quatro pessoas de certo modo contemporâneas mas absolutamente distintas, qualquer que fôsse a possível linha de parentesco entre elas existente.

Do velho André Fernandes, marido de Maria Pais, Américo de Moura teve boa notícia. Em 1556 abrira roças em Santo André, foi ali almotacel em 1557 e estêve em ajuntamento em 1558. Faleceu em São Paulo em 1588. Não poderia, por motivos cronológicos logo mais apontados, ter sido o pai de Pedro Fernandes. O autor dos *Povoadores do Campo de Piratininga* admite que talvez fôsse êle o primeiro filho de João Ramalho e da índia Isabel, também designado como André Ramalho no testamento divulgado por Washington Luís.

O velho André Fernandes deixou geração de seu casamento com Maria Pais. Entre os filhos do casal se inscreve um segundo André Fernandes, que casou com Susana Rodrigues e foi pai de Manuel Fernandes Velho (Américo de Moura, obra citada, pág. 41).

Parece evidente que Silva Leme confundiu êste segundo André Fernandes com o pai de Pedro Fernandes, o qual devia aparentar-se de perto com os seus dois homônimos, o velho e o môço. A documentação existente, todavia, ainda não permite que se determinem a modalidade e o grau dêsse parentesco.

A primeira referência a André Fernandes, «genro de Pero Nunes», ocorre no inventário de Pedro Sanches, circunstância que não deixa de ser muito expressiva, pois êsse espanhol, pelo casamento com Apolônia Pais, se tornara genro do velho André Fernandes e de Maria Pais (*Inventários,* vol. 1.º, pág. 153). Trata-se de informação que remonta a setembro de 1598.

Em 1624, o testamento de Maria da Gama, mulher de Diogo Mendes e neta da mesma Maria Pais, (*Inventários,* vol. 6.º, pág. 201), foi escrito por André Fernandes. Qual dêles? Está excluída a possibilidade de ter sido o pai de Manuel Fernandes Velho, pois êste teve vida relativamente curta, falecendo jovem, antes de 1616 (*Inventários,* vol. XIV, pág. 453). Não há como fugir, portanto, à conclusão de que nesse ato aparece, ainda uma vez, o «genro de Pero Nunes», o que mais reforça a sugestão de que fôsse pessoa aparentada com a família da testadora. No mesmo sentido atua a circunstância de que André Fernandes assina como testemunha, em 1630, o testamento de Jerônima Fernandes, mulher de Baltazar Gonçalves Malio e filha do velho André Fernandes (*Inventários,* vol. 8.º, pág. 238).

Após o falecimento de sua mulher, Maria Nunes, o pai de Pedro Fernandes contraiu novas núpcias com Isabel Dias, viúva de seu cunhado Baltazar Nunes, da qual fôra antes procurador. Representou seu filho, ausente em 1624, no inventário de Pero Nunes, ainda vivia a 12 de setembro de 1632, mas a 21 de setembro de 1633 já era falecido, como o afirma seu cunhado Pero Nunes de Pontes, filho do terceiro casamento de seu sogro com Catarina de Pontes (*Inventários,* vol. 6.º, pág. 157). Diga-se, de passagem, que Pero Nunes de Pontes viria a ser o pai do famoso jesuíta Belchior de Pontes.

Todos êstes elementos, conjugados, bastam para resolver em definitivo o caso da homonímia dos vários Andrés Fernandes citados. Aliás, essa identidade de nomes foi problema que preocupou bastante os notários da época. Em várias passagens, quando se referiam a André Fernandes, de Parnaíba, êles o declaravam expressamente.

Na pequena biografia que dedicou a Pedro Fernandes — o qual inicialmente também se chamou Pero Nunes, o môço, (*Inventários,* vol. 6.º, pág. 88) — Carvalho Franco repete o equívoco de Silva Leme e não determina com rigor uma das primeiras, senão a primeira bandeira de que participou o então jovem sertanista. Êste último se achava «ausente» em janeiro de 1624 (Idem, pág. 93), e a 30 de dezembro do ano imediato se declara que estivera no sertão na companhia «do Capitão Manuel Prêto», de quem recebera três peças para seu avô — Brás, Martinho e Bastião (Ibiden, pág. 127).

Nada existe que documente a presença de Pedro Fernandes na bandeira de 1628 ao Guairá, organização militar que teve como mestre-de-campo e comandante-supremo o mesmo Manuel Prêto, mas é provável que igualmente nessa oportunidade tenha pelejado

sob as ordens do famoso cabo de guerra. Acentue-se, em todo caso, que foi no retôrno à vila, quando já em São Paulo as mais representativas figuras dessa expedição, que Pedro Fernandes casou com a viúva de Luiz Fernandes Folgado, português que se tornara proprietário do Engenho de Ferro, avaliado em cem mil réis, «todo com tôda a sua fábrica e serviço» (*Inventários*, vol. 7.º pág. 461). Já era considerado o «antecessor» (sic), isto é, o nôvo marido de Ana Rodrigues Tenória, a 14 de dezembro de 1630 (Ibidem, págs. 452 e 484).

Estudando o «inventário que se fêz por morte e falecimento de Antônio da Silveira que Deus tem feito neste sertão aos 25 de junho de 632» (*Inventários*, vol. 30.º, págs. 143 a 146), Carvalho Franco, em seu «Dicionário», conclui que o documento se refere à tropa paulista que destruiu Vila Rica do Guairá e Ciudad Real, cometimento êsse até então atribuído a Raposo Tavares. A darmos crédito a Basílio de Magalhães e à cronologia, essa mesma bandeira teria expugnado Santiago de Xérez, estabelecimento espanhol sito perto das nascentes do Aquidauna, assim como as reduções de San José, Angeles e San Pedro-y-San Pablo, formadas com índios itatins a oeste do Rio Pardo, no atual Estado de Mato Grosso, pois a data do inventário de Antônio da Silveira coincide plenamente com as apresentadas pelo autor da *Expansão Geográfica do Brasil Colonial.*

Como quer que seja, os registros a propósito feitos por Carvalho Franco, pecam por algumas confusões e estão longe de haver extraído todos os dados implícitos no velho e truncado documento, que aliás foi o primeiro a examinar. Com efeito, um dos sertanistas arrolados, Amaro Álvares, o citado autor assim caracteriza: «paulista, da família Álvares Martins» (*Dicionário*, pág. 26). Na verdade, trata-se de pessoa diferente, ou seja, de Amaro Álvares Tenório, genro de Romão Freire, presente também no mesmo arraial. O bandeirante Amaro Álvares se apresenta como fiador de Bento Rodrigues, com cuja identificação Carvalho Franco não atinou, mas que outro não era senão Bento Rodrigues Tenório, irmão do precedente (*Silva Leme*, vol. 4.º, págs. 430 e 453). Trata-se de dois cunhados de Pedro Fernandes, ambos filhos de Clemente Álvares e netos de Martim Rodrigues Tenório de Aguilar.

O mesmo inventário de Antônio da Silveira, num trêcho truncado, revela que Lourenço Castanho serviu como fiador de um certo «Pero...», assim como de Manuel e Francisco Vaz. A

respeito de nenhum dêstes bandeirantes Carvalho Franco acrescenta qualquer esclarecimento. A identificação, contudo, é relativamente fácil, e adiciona pormenor histórico desconhecido do próprio Pedro Taques, embora envolva um dos seus avós. Manuel e Francisco Vaz eram ambos filhos de Francisco Vaz Coelho (*Silva Leme*, vol. 4.º, págs. 385, 422 e 427) e primos-irmãos de Lourenço Castanho Taques, indubitàvelmente o mesmo Lourenço Castanho que lhe prestou fiança no sertão, em 1632.

Não chega a ser temerário supor que o «Pero» da parte truncada do velho papel seja o nosso Pero ou Pedro Fernandes. Milita em favor desta hipótese o fato de estarem arranchados no mesmo arraial os seus dois cunhados Amaro Álvares e Bento Rodrigues Tenório. A cronologia, boa auxiliar em tais casos, oferece, porém, algo mais. Com efeito, precisamente a 10 de agosto de 1631 — data em que êsses bandeirantes já estavam fora de povoado — o marido de Ana Rodrigues Tenório também se achava ausente de São Paulo, pois coube a seu pai, André Fernandes, saldar em seu nome uma dívida processada em juízo. (Inventários, vol. 7º, pág. 484).

Em 1634 faleceu seu cunhado João Tenório, e Pedro Fernandes é nomeado testamenteiro e curador dos órfãos. Permanece em S. Paulo nesse ano, em 1635, 1636 e 1637 (agôsto inclusive), mas em 1638 não se tem notícia de sua pessoa. Em julho e agôsto de 1639 sua ausência é indiretamente acusada, pois nesse período é representado em juízo por um procurador — Pero de Morais Madureira (*Inventários*, vol. 9.º, págs. 639 e 388). Que sentido teria tal ausência? Pode-se admitir, pela coincidência de datas, que Pedro Fernandes houvesse acompanhado o Capitão Fernão Dias Pais ao sertão do Rio Grande. Reaparece êle em São Paulo em fins daquêle último ano, figurando o seu nome, a 2 de julho de 1640, entre os signatários do «têrmo de notificação» em que se exigiu a retirada dos jesuítas (*Atas*, vol. 5.º, págs. 25 a 28).

Prepara-se então, na vila, mais uma importante bandeira, precisamente aquela que lutou em M'Bororé. Segundo denúncia do procurador do Conselho, a sua partida era iminente a 7 de julho, sendo apontados Domingos Barbosa (Calheiros), Manuel Peres, Jácome Nunes e os «filhos de Pero Vaz de Bairros» (sic) como os seus organizadores (*Atas*, vol. 5.º, pág. 29). Não será impertinência dizer, a esta altura, que se Taunay houvesse analisado com atenção estas fontes municipais, não teria sustentado uma tola divergência com Aurélio Pôrto (*História das Bandeiras Paulistas*, tomo 8.º, pág. 418), ao insistir em que o

chefe paulista que em 1641 se dirigira por carta aos jesuitas castelhanos, segundo episódio referido pelo Padre Ruyer, fôra Manuel Pires e não Manuel Peres, conforme atiladamente verificara o historiador gaúcho e as Atas corroboram.

Não há evidência de que Pedro Fernandes haja figurado entre os combatentes de M'Bororé. A sua atividade de sertanista, contudo, prosseguia. A 5 de outubro de 1643 êle adiantava «estar de caminho para fora desta capitania, donde não podia vir tão cedo» (*Inventários*, vol. 9.º, pág. 397). Nestas linhas sumárias tem-se a indicação dos primeiros preparativos, que então se realizavam, de mais uma entrada de largo raio de ação, por terras certamente integradas no domínio de Castela. Os expedicionários ainda se achavam ausentes a 7 de outubro de 1645, conforme se deduz da seguinte informação, que completa a anterior, ditada por Amaro Álvares Tenório e sua mulher Ana de Siqueira, ambos enfêrmos na ocasião: «Declaramos e pedimos e rogamos a nosso cunhado Pedro Fernandes por titor e curador de nossos filhos por confiarmos nêle e ensinará e doutrinará a todos os bons costumes e polos na escola em todo o ano até mande Deus, e por estar ausente o dito Pedro Fernandes pedimos a João... queira ser titor e curador dos ditos nossos filhos até êle vir do sertão» (*Inventários*, volume 33º, págs. 25 a 27).

Os estudos a respeito desta importante bandeira têm sido feitos de modo fragmentário, na medida em que os dados esparsos, a ela referentes, foram lentamente aparecendo. Já é tempo de dar ao leitor, neste particular, uma visão mais ampla, com materiais até hoje não utilizados ou insuficientemente interpretados. A 16 de novembro de 1644, em São Paulo, Pedro Madeira, cunhado de Manuel Prêto, o «Heroi de Guairá», redigiu do próprio punho o seu testamento, com a informação de que se aprestava para viagem aos «Gaianazes» (*Inventários*, vol. 14.º, pág. 303 a 305. Ainda em novembro dêsse mesmo ano seu genro Antônio de Freitas asseverava que «se ia fora do têrmo e que não sabia o que Deus faria dêle». (*Inventários*, vol. 8.º, págs. 174, 175 e 178). Ora, em 1645, segundo velha pesquisa do Sr. Alfredo Ellis Júnior (inventário de Antônio Gomes Borba), encontrava-se em «sertão anônimo» uma bandeira sob o comando do Capitão-mor João Mendes Geraldo (*Bandeirismo Paulista*, 2.ª edição, pág. 205). Por outro lado, estudando em seu *«Dicionário»* (pág. 177) o inventário de Antônio Barbosa, o historiador Carvalho Franco chegou com muita argúcia à conclusão de que êste bandeirante, e mais um grupo de companheiros que cita, per-

tenciam à mesma tropa de João Mendes Geraldo, a qual agira «no sertão dos índios Guaianás, tribo que então habitava o Rio Iguaçú, entre o Paraná e o Uruguai». Com esta descoberta, realmente valiosa, aumentou consideràvelmente a lista divulgada por Ellis, mas não atentou para uma circunstância expressiva: entre os signatários do testamento de Antônio Barbosa, «enfêrmo por partes desertas» (*Inventários*, vol. 34, págs. 72 e 75), e escrito pelo padre Marcos Mendes (de Oliveira), figurou o bandeirante João de Freitas, o qual outro não era senão irmão daquele mesmo Antônio de Freitas que em novembro de 1644, tanto quanto seu sogro Pedro Madeira, se aprestava para sair «fora do têrmo».

Temos aí, bem caracterizados, o vulto e a extensão dessa viagem, que deve ter penetrado pelas mesmas regiões castelhanas em que atuou a tropa comandada por Jerônimo Pedroso de Barros e Manuel Peres. Da emprêsa igualmente participaram Pero Fernandes, como já ficou evidenciado, e Francisco (Pires) de Siqueira, que era tio materno da mulher de Amaro Álvares Tenório.

Os dois inventários em aprêço, de Antônio Barbosa e Antônio Gomes Borba, comentados em primeira mão respectivamente por Carvalho Franco e Ellis Júnior, não são, todavia, os únicos relativos a esta entrada. Nem foi João Mendes Geraldo o seu único capitão-mor. Isso se evidencia pela leitura (não realizada por aqueles dois autores) do inventário, processado no sertão, «dos bens e fazenda que se acharam do defunto João de Siqueira de Mendonça» (*Inventários*, vol. 38, págs. 105 a 107). Aqui, novos nomes surgem, e alguns bem conhecidos.

Que se trata da mesma leva não pode haver a menor dúvida, pois tanto nos papéis referentes a Antônio Gomes Borba, como nos referentes a João de Siqueira de Mendonça, atuando como elo indiscutível entre êles, ocorre o nome do bandeirante Cristovam de Aguiar Girão.

Pode-se, agora, com a coordenação necessária de todos êsses materiais, organizar uma nominata bem mais ampla da bandeira de 1645, cuja importância cresce, assim, a olhos vistos. Ei-la:

Inventário comentado por Alfredo Ellis Junior: Capitão-mor João Mendes Geraldo (que era um dos genros de Vicente Bicudo e de Ana Grou), Francisco Bicudo Furtado, Bernardo Bicudo, João Bicudo de Brito, Manuel Domingues, Francisco (Pires) de Siqueira, Francisco Corrêa, Antônio Pedroso de Alvarenga, Luiz Castanho de Almeida, Manuel Colasso, Belchior da

Costa, Manuel Girão, Cristovam de Aguiar Girão, Francisco de Oliveira, Pero da Silva Leitão, Miguel Gonçalves Corrêa, João Mendes, o môço, e Antônio Gomes Barbosa (falecido).

Inventário comentado por Carvalho Franco: Francisco Barbosa (Calheiro) e Diogo Barbosa (Calheiro); padre Marcos Mendes (de Oliveira); Belchior de Borba, João de Freitas, Manuel de Burgos, Bento Pires, João Martins Bonilha, Manuel João, Antônio Dias de Moura, Francisco Barreto, André Mendes Ribeiro e Antônio Barbosa (falecido).

Inventários comentados no presente estudo: João de Siqueira de Mendonça (era genro de Úrsulo Colaço e filho de Manuel de Siqueira e de Mécia Bicudo de Mendonça); Capitão-mor Gonçalo Pires (deve ser Gonçalo Pires Bicudo), Sebastião Álvares do Couto (escrivão do arraial), Capitão Jorge Serrano, capitão.... Rodrigues, Inácio Neto, Cristovam de Aguiar Girão, Antônio Álvares Bezerra, Pedro Luiz, Domingos... capitão Cristóvam Diniz, Pedro Madeira, Antônio (Pedroso) de Freitas e Pedro Fernandes.[1]

O nome de Pedro Fernandes, como já se viu, voltou a aparecer ao início da «viagem ao Rio das Almanzonas», como integrante da tropa do Capitão Antônio Pereira de Azevedo. Morreu na emprêsa, sendo inventariado em São Paulo em 1653. Foi o tronco da família Fernandes Tenório, que Silva Leme descreve no volume IV da *Genealogia Paulistana*, págs. 432 e 453. Um dos seus netos, Pedro Fernandes Tenório, casou com Isabel Pais da Silva, prima-irmã de Bartolomeu Pais de Abreu, e portanto tia do autor da *«Nobiliarquia Paulistana»*, Pedro Taques de Almeida Pais Leme *(Silva Leme,* vol. II, pág. 466, nota, vol. II, págs. 30 e 31, e vol. IV, pág. 453). São ascendentes de quem escreve estas linhas.

1 Evidentemente, não se pode pretender que esta relação seja completa. Como em geral acontece, os inventários do sertão revelam apenas uma parte, e não raro parte mínima, dos componentes da bandeira a que se refiram. Quanto a esta de 1645, há indícios veementes de que nela também militaram, entre outros, o capitão Fernão Dias Pais, o futuro "Caçador das Esmeraldas", que se achava ausente de São Paulo a 23 de dezembro dêsse ano, em lugar incerto e não sabido (Inventários, vol. 14.º, pág. 326), Francisco Dias — pai de Francisco Dias Velho e sogro de Francisco Pires de Siqueira — e Manuel de Chaves, genro de Aleixo Jorge (Inventários, vol. 14.º, págs. 371 e 385), os quais morreram no sertão nesse período. Martim da Costa Vilela, genro de Brás Leme, igualmente se encontrava "ausente desta Capitania", ao tempo em que se iniciou o inventário de sua mulher Maria Pedrosa (1645) (Inventários, vol. 33.º, pág. 63), e no espólio do casal se acusaram várias peças "goanazes".

Quanto à carta de Antônio Vieira, escrita a 22 de maio de 1653, Jaime Cortesão já deu sôbre ela as informações essenciais, embora não sejam aceitáveis não poucas das notas com que julgou tornar mais claro o texto. O brilhante escritor português a inseriu no «Apêndice Documental» de sua monografia sôbre Raposo Tavares, transcrevendo-a da coletânea *«Cartas de Antônio Vieira»*, publicada por João Lúcio de Azevedo.

Por último, duas palavras sôbre a «Informação» de Manuel Barreto de Sãopayo. O documento foi publicado por Afonso d'E. Taunay no capítulo XXXII da sua *«História da Vila de São Paulo no Século XVIII»* (1931), com a informação de que os «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (39, 132) o haviam divulgado em parte, de que Paulo Prado o desvendara «na íntegra», e com o pormenor de que fôra datado de «Lisboa». Ora, em 1949 o volume XLIV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (2.ª Parte) estampou uma série de interessantes papeis copiados em Portugal pelo sr. Alfredo Mendes de Gouveia, por solicitação do Sr. José Pedro Leite Cordeiro. Entre êles figurou a «Informação» de Manuel Barreto de Sãopayo, através de cujo exame se verifica como tinham sido errôneas as afirmativas de Taunay. Começa que não fôra datada «de Lisboa», e sim da Bahia. O texto publicado na *«História da Vila de São Paulo no Século XVIII»*, se é o mesmo que Paulo Prado conhecera, está longe de ser completo. E quanto à interpretação que lhe deu o autor da *«História Geral das Bandeiras Paulistas»*, até hoje aceita por todos, senão por quase todos os autores contemporâneos que têm versado o assunto, violenta a verdade de modo flagrante, segundo o que já ficou exposto.

São Paulo, 14 de maio de 1964

V. de Azevedo.

INVENTÁRIO DE PEDRO FERNANDES

Testamento, e fôlhas de inventário que eu escrivão achei depois da perdição do cartório as quais são o inventário do defunto Pedro Fernandes.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e cinqüenta e nove anos nesta vila de São Paulo, aos treze dias do mês de abril da dita era pelo juiz de órfãos dom Simão de Toledo por êle foi mandado a mim escrivão fazer êste auto e a êle ajuntar o testamento e fôlhas do inventário que se processou por morte e falecimento de Pedro Fernandes as quais fôlhas e testamento eu escrivão adjuntei e consta o testamento de cinco meias fôlhas e faltar a primeira do inventário do número seis e começar de fôlhas sete até quinze, e faltarem as mais até vinte e cinco e terem tôdas agora vinte escritas encerrando o dito inventário um têrmo em que tomou dinheiro a ganho André de Goes de que de tudo o dito juiz mandou fazer êste auto para que dêle constasse Luiz de Andrade escrivão dos órfãos que o escrevi.

Em nome da Santíssima Trindade Padre Filho e Espiríto Santo.

Saibam quantos esta cédula de testamento virem que no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e quarenta e oito anos em os quinze dias do mês de maio neste Pôrto de Pirapetingy estando para me embarcar a fazer uma viagem rio abaixo temendo-me da morte e que Nosso Senhor será servido levar-me desta vida presente faço êste testamento estando em meu perfeito juízo e são sem enfermidade nenhuma para por êle desencarregar minha consciência, e por não saber quando Nosso Senhor será servido levar-me desta vida presente o qual é o seguinte.

Primeiramente encomendo minha alma ao Senhor Deus que a criou e a remiu com seu precioso sangue e lhe peço pela sua sacratíssima paixão e pelas suas divinas chagas haja misericórdia dela e peço à sua sacratíssima Mãe que interceda por ela ante seu Bento Filho.

Mando que sendo Deus Nosso Senhor servido levar-me desta vida em povoado meu corpo seja sepultado na igreja do bemaventurado São Francisco e peço ao reverendo padre guardião da dita casa e aos reverendos padres me queiram enterrar no seu hábito para o que se lhe dará a esmola acostumada.

Mando que meu corpo seja acompanhado com a bandeira da Santa Misericórdia e peço ao provedor dela me mande acompanhar com a tumba e se lhe dará a esmola costumada.

Peço ao reverendo padre vigário me queira acompanhar meu corpo com a cruz do Santíssimo Sacramento e o peço ao juiz da confraria o queira fazer por amor de Deus.

Mando se me digam cinquenta missas por minha alma a saber quinze missas peço ao reverendo padre guardião de São Francisco m'as mande dizer pelo amor de Nosso Senhor cinco à Virgem da Conceição cinco ao bemaventurado São Francisco cinco ao bemaventurado Santo Antônio e levando por elas esmola se lhe dará a costumada.

Outras quinze mando se me digam na Igreja Matriz cinco ao Santíssimo Sacramento outras cinco a Nossa Senhora do Rosário outras cinco no altar das almas do Anjo São Miguel pelas almas do purgatório e peço ao reverendo padre vigário m'as queira dizer pelo amor de Deus para o que se lhe dará a esmola costumada.

Peço mais ao reverendo padre vigário me diga dez missas a Nossa Senhora por minha tenção.

Peço mais me digam cinco missas à Santa Misericórdia para que Nossa Senhora haja com minha alma para o que se dará a esmola costumada.

Peço mais se me digam outras cinco ao glorioso São José e peço ao reverendo padre vigário m'as queira dizer e se lhe dará a esmola costumada.

Peço ao meu cunhado Antônio Alves e a minha mulher Anna Tenória pelo amor de Deus e seu serviço queiram ser meus testamenteiros e façam por minha alma o que eu fizera pela sua.

Declaro que sou casado com minha mulher Anna Tenória à face da Santa Madre Igreja por carta de ametade. E dela tenho nove filhos a saber André João Martinho e Pedro Maria Anna Antônia Domingos Bastião os quais são herdeiros de minha fazenda.

Deixo e peço a minha mulher Anna Tenória por curadora de meus filhos por ter nela confiança e usará com êles como mando e peço ao juiz dos órfãos e às justiças de Sua Majestade lhe entreguem os bens que meus filhos de minha fazenda herdam juntamente com êles ditos meus filhos que como mãe espero que faça com êles como eu fizera e se a dita minha mulher se obrigar a entregar alguma fazenda que a meus filhos couber por herança quando chegue a idade de serem emancipados ou serem casados o juiz dos órfãos lhe entregará porquanto tenho confiança nela o fará sem diminuição nem perda alguma de seus filhos.

Declaro que tenho duas moradas de casas na vila umas terreiras outras de sobrado onde mora o reverendo padre vigário com seus quintais para trás que chegam até a rua avaliando-se as casas se não avaliarão mais que com ametade do quintal assim umas como outras que o que para a outra banda da rua ficar avaliarão como chãos para casas e os bens móveis que houver minha mulher os declarará.

Declaro que o reverendo padre vigário mora nas minhas casas por aluguel e me não tenho concertado com êle o que se fará com êle conforme disserem ou conforme outras que se alugam em semelhantes paragens há até a feitura dêste que mora nela quinze meses à conta me têm dado dez patacas tem-me dado mais uma botija de vinho e outra de aguardente e fazendo-se contas com êle se descontará o que êle disser.

Declaro que depois de pagas as missas e legados que mando se me digam por minha alma de minha têrça tudo o que restar se reparta com meus filhos e filhas igualmente com os quais mando e ordeno que com êles entre minha enteada Maria Tenória por m'o merecer pelo amor que me teve como a pai e por caridade.

Declaro que me trouxe meu compadre Vicente Antônio um corte de vestido de mulher para minha enteada de damasco de seda para o que lhe dei vinte mil réis em dinheiro e se saberá por sua verdade o que lhe custou o qual vestido digo corte tenho dado a minha enteada em sua vida digo em minha vida e se não o tratará de o botar em inventário por ser seu.

Declaro que meu compadre Vicente Antônio lhe devo por um conhecimento o que nele disser fora dêle me deu uma botija de aguardente eu lhe dei umas táboas que me pediu para sua loja.

Devo a meu compadre Antônio Madureira o que constar por um conhecimento que lhe passei de minha letra.

Declaro que tomei ao juiz dos órfãos oito mil réis em dinheiro a ganância o que se pagará de minha fazenda conforme a fiança que tenho dado em seu juizo.

Devo mais duas patacas ao defunto Antônio Gomes Barbosa tem ordem Pedro Agulha por um escrito que me escreveu a mulher do dito defunto lh'as desse ao dito Pedro Agulha.

Devo a Manuel Fernandes Gigante dois mil réis. Assim mais devo a dona Luísa mulher que foi de Gaspar da Costa e a seus herdeiros quatro mil réis mando se lhe pague de minha fazenda. Assim devo mais a Antônio Pereira de Azevedo quatro mil réis por um conhecimento.

Declaro que aparecendo mais algum conhecimento fora dêstes que declarado tenho se lhe não dê crédito porquanto não tenho passado outros nem devo mais em minha consciência — devo mais a meu compadre Pedro de Morais o que constar por outro conhecimento.

Declaro que me deve Lucas da Costa morador na vila da Conceição dezesseis patacas procedidas de duas redes que mandei por êle que m'as vendesse no Rio de Janeiro mandou-me uma Arte e uma Cartilha e o que ficou líquido são as dezesseis patacas por assim m'o escrever por um escrito.

Declaro que por morte de meu pai que Deus tem me coube por herança alguma fazenda entre a qual me coube ametade do sítio de Ipiranga em seis mil réis e ametade do sítio de Goanga ou o que na verdade se achar dos quais não me tem dado a viuva satisfação suposto que lhe tenho dado quitação geral ficando ela debaixo de sua palavra de me pagar os sete mil réis do sítio do Ipiranga e do sítio de Goanga me tem pago sòmente mil e quinhentas telhas da casa do sítio que Diogo de Fontes desmanchou do sítio e o tem vendido sem me dar tôda a satisfação do que me dêle cabe à minha direita parte.

Declaro que se neste testamento faltar alguma solenidade que por esta razão não valha como testamento valha como codicilo e as ditas solenidades as hei por postas expressas e declaradas assim e da maneira que sua Majestade manda em suas Ordenações e mando que êste valha e se acaso eu tenho feito algum testamento ou codicilo antes dêste não valha nem tenha fôrça nem vigor e sòmente êste valha por ser minha última vontade e o fazer por descargo de minha consciência e peço às justiças de Sua Majestade o guardem tão inteiramente como se fôra aprovado com tôdas as solenidades que Sua Majestade manda em suas Ordenações e achando-se ao pé dêste ou ao diante algumas declarações ou apontamento por item também se lhe dará inteiro crédito e cumprimento inda que seja depois das testemunhas assinadas assim e da maneira que se der a êste testamento e com isto hei êste testamento por feito por mim assinado com as testemunhas que se acharam presentes e comigo assinaram — PEDRO FERNANDES — ANTÔNIO PEREIRA DE AZEVEDO — FRANCISCO BICUDO FURTADO — VICENTE ANNES BICUDO — ANTÔNIO DE ANDRADA — MIGUEL DE Q. DO MARTINHO — SEBASTIÃO DE PERALTA — FRANCISCO DINIZ — MANUEL VELHO MOREIRA.

Declaro mais que fui curador do inventário do defunto João Tenório que Deus tem de que o juiz de órfãos me pediu contas para efeito de mandar pagar a legítima de Francisco Barreto filho do defunto por ser casado da qual foi inteirado e pago de tudo o que se lhe devia no inventário assim peças como dinheiro próprio e ganâncias feitas contas pelo juiz dos órfãos em seu juizo da qual legítima não tenho quitação pelo que peço ao juiz dos órfãos por serviço de Nosso Senhor m'a mande passar para guarda da fazenda de meus herdeiros.

Declaro que tenho em meu poder as peças que couberam ao filho bastardo do dito João Tenório um moço por nome Maurício com mulher e filhos e um moço por nome Joaquim que é morto mando que se lhe dê ao dito órfão pelo dito moço um moço por nome João que trouxe da viagem de Piquiri.

Mando que estas cláusulas acima se guardem e lhe dêm tão inteiro cumprimento como se fôra aprovado como atrás tenho declarado suposto sejam postas depois das testemunhas assinadas. Hoje dezoito do mês de maio de mil e seiscentos e quarenta e oito anos. PEDRO FERNANDES.

Cumpra-se como nele se contém.
São Paulo, 1 de março de 653 — CAMARGO.

Cumpra-se êste testamento e o que nêle se contém.

São Paulo, 6 de março de 1653 anos. — ALBERNÁS.

CARTA DE ANTÔNIO VIEIRA (1653)

Na primeira carta disse a V. Rev.ª a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portuguêses em os cativarem. Não tenho que dizer de novo senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu agora mais, e assoprou muito o seu fogo um grande número de homens moradores em São Paulo, que por êste tempo se acharam no Pará pela ocasião que brevemente aqui direi, pôsto que seja matéria de larga narração. No ano de 649 partiram os moradores de São Paulo ao sertão, em demanda de uma nação de índios chamados os serranos, distante daquela capitania muitas léguas pela terra dentro, com intento de, ou por fôrça ou por vontade, os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo e aí se servirem dêles como costumam. Constava todo o arraial de duzentos portuguêses e mais de mil índios de armas, divididos em duas tropas. A primeira governava o Mestre de Campo Antônio Raposo Tavares, que ia também por cabo de tudo, a segunda o capitão Antônio Pereira. Andados... meses de viagem, encontrou esta segunda tropa com uma aldeia de índios da doutrina dos padres da Companhia, pertencente à Província do Paraguai, e estando todos na igreja, e o padre dizendo-lhes a missa solene, por ser dia de Todos os Santos, segundo a relação dos que menos querem encobrir a fealdade do feito, entraram os soldados de mão armada na aldeia, e dentro da mesma igreja prenderam e meteram a ferro a todos os índios e índias que não puderam escapar, e nem os altares, vestiduras e vasos sagrados perdoava a cegueira e cobiça, porque de tudo despojaram a igreja. Sôbre esta prêsa se detiveram oito dias na mesma aldeia, fazendo bastimentos e tendo sempre em custódia ao Padre, para que não pudesse ir buscar algum remédio às miseráveis ovelhas de que era pastor. Tiveram contudo notícias do caso, por alguns dos que escaparam, os padres de duas aldeias vizinhas, os quais, fazendo logo armar os seus índios, vieram tanto em socorro dos já cativos, como por ver se, rompendo o inimigo comum, podiam escapar de o ser. Saíram os de São Paulo à batalha, e podendo mais a melhoria das armas que a da causa, fugiram os índios e ficou no campo morto um dos padres de uma bala. O matador, ao tempo que isto escrevo, está no Pará, e se aponta com o dedo, e os que governam o eclesiástico e secular, pôsto que o conheçam, o deixam andar tão sôlto e tão absoluto como os demais, mas permite Deus muitas vêzes que semelhantes delitos os dissimulem os homens, porque quer que se paguem com maiores castigos do que são os que se pode dar na terra. O certo é que não faltou o do céu a esta grande impiedade, porque dentro de um mês se viram os executores dela castigados com peste, fome e guerra: a peste foi tal que nenhum ficou que não adoecesse mortalmente; a fome era quase extrema, porque as raízes e os frutos agrestes das árvores era o maior regalo dos enfermos, e êsses não havia ainda quem tivesse fôrças para ir buscar e colhêr; sobretudo, no meio desta fraqueza e desamparo, eram contìnuamente assaltados de bárbaros de pé e de cavalo, que os atravessavam com (frechas), não lhes valendo a diferença e melhoria das suas armas, porque apenas havia quem as manejasse. Finalmente, ao cabo de um ano das maiores misérias que jamais se padeceram, se vieram a encontrar com a outra tropa, tão diminuídos que dos portuguêses lhes faltava a metade e dos índios as duas partes, e os que restavam mais pareciam desenterrados que vivos.

Juntas assim as duas tropas chegaram enfim à terra dos seus desejados serranos; as quais porém seis meses se detiveram neste lugar insistindo com novas diligências de fôrça e manha para

reduzir a si os serranos; e pôsto que neste tempo, e em todo o ano seguinte, que também gastaram em descobrir novos sertões e gentes, e lhes renderam alguns índios, assim serranos como doutras nações, os quais três léguas das suas povoações os receberam com frechas e ciladas que lhes tinham armado, e metendo-se todos pelos bosques os deixaram frustrados das suas esperanças, após das quais havia dois anos que caminhavam com promessa de os acompanharem e seguirem. Até nisto se viu o castigo de Deus. Todos enfim lhes faltaram com a palavra e os deixaram todos no meio daquela imensidade de terras, mais cuidadosos de salvar as poucas vidas que lhes restavam, que dos interêsses e prêsas que vieram buscar.

Andando em demanda de novo e mais breve caminho, encontraram um rio, não mui caudaloso, que por indícios de uma... entenderam estavam perto do mar. Resolveram-se a buscar por êle a costa do Brasil e a fabricarem embarcações para navegarem, que para tudo traziam oficiais e instrumentos. Lançadas as canoas à água, ao terceiro dia se lhes sumiu o rio entre uns juncais; mandaram descobridores a buscá-lo, e depois de três dias de jornada tornaram a dar com êle, mas distante do lugar onde se lhes tinha escondido. Deliberaram-se a passar as canoas à pura fôrça de braços e de ombros, como dos argonautas contam as fábulas, com exemplo verdadeiramente grande de constância e de valor, se o não deslustrara tanto a causa.

Embarcados segunda vez, se lhes renovou o primeiro indício com verem surgir e mergulhar (alguns) botos, mas andavam êstes tão peregrinos do mar quanto êles da sua terra. Aos oito dias de viagem deram na madre do rio, e navegando por êle (coisa que se não tivera tantas testemunhas parece indigna de todo o crédito), gastaram onze meses inteiros na navegação, sem saberem para onde iam, até que aportando à fortaleza de Gurupá, conheceram que tinham descido pelo rio das Amazonas abaixo. E todos êstes onze meses só trinta e três dias se detiveram em espalmar e consertar as canoas, e todos os outros navegaram. E pôsto que as jornadas que faziam cada dia eram breves, dando a cada um sòmente 10 léguas, que é o menos que podiam andar, indo tão ajudados da corrente, vem a fazer o que navegaram mais de 3 000 léguas de rio. Três anos e dois meses puseram neste grande rodeio, que deram ao interior da América: e em tantas quaresmas e páscoa, em tantas enfermidades, guerras, mortes e outros infortúnios que passaram de vida e alma, nenhum dêstes homens se confessou, nem recebeu ano algum sacramento; e, a meu ver, menos é ainda não receberem sacramentos em tan-

to tempo, que saírem de suas terras tantos homens cristãos e para uma tal jornada, sem levarem consigo quem lhos administrasse. Nenhuma comunidade de calvinistas nem luteranos, nem ainda de turcos, partiram a outra muito menor viagem, por mar ou por terra, que não levassem consigo os ministros da sua seita.

Mas, tornando ao que verdadeiramente foi uma das mais notáveis (viagens) que até hoje se tem feito no mundo, muito digna coisa fôra de se saberem (que) alturas e por que rumos a fizeram, mas só dêstes instrumentos iam faltos, e assim não sabem dizer coisa certa. Segundo (muitos dêles) dizem, quando a primeira vez entraram neste grande rio estavam na altura do Espírito Santo, que são dezenove graus da banda do Sul, e, segundo os lugares por onde lhes demorava o Sol, afirmam que os primeiros seis ou sete meses caminhavam sempre, já a Sul, já a Leste, e que nos últimos quatro, como cansados de andar tanta terra, tomaram de carreira para o Norte e Nordeste, a desembocar no mar; de aqui se colhe que êste rio se estende pelas terras que há no interior da América, aonde ainda nem da parte do Peru chegaram os castelhanos, nem da parte do Brasil os portuguêses, e que estas não descobertas terras têm sem dúvida maior latitude da que lhe mediram até agora os cosmógrafos e se pinta nos mapas.

A multidão de nações de que são habitadas as ribeiras dêstes rios, ou para melhor dizer, as praias dêste mar doce, que assim lhe chamavam os que o viram, nem êles o sabem contar senão por admirações. A quinze dias de entrada no rio começaram a ver povoações, e daí por diante nenhum dia houve que não vissem alguma; e ordinàriamente todos os dias muitas. Cidades viram, um que (contaram) trezentos ranchos, que assim lhes chamam os sertanistas de cá. São umas casas ou armazéns mui compridos, sem distinção nem partimento algum, em que vivem juntamente muitas famílias, e alguns há tão capazes que agasalham quarenta e cinqüenta. Desta grandeza eram os desta cidade, e, lançando as contas ao que poderia alojar entre grandes e pequenos, julgaram que seriam cento e cinqüenta mil almas. Já na jornada do descobrimento de Quito, que se fêz no ano de (1638), por um braço dêste mesmo rio, me disseram pessoas dignas de fé que viram lançadas, junto à ribeira do rio, povoações como a de Lisboa.

O em que falam os de São Paulo, pela coisa mais notável que viram neste gênero, foi um reino fechado, de uma e outra banda do rio, pelo meio do qual atravessaram oito dias inteiros, e estavam e eram as povoações tantas e tão juntas que quase não havia distância entre uma e outra. É o que se deve notar, que

o que êstes homens dizem é só o que está edificado à beira do rio, porque do que vai de aí para dentro êles não viram coisa alguma. Também não viram nem dão notícia do que contém outros muitos rios, que vêm entrar nêle, tão largos e caudalosos que, se não correram tão perto dêste, tiveram grande nome. A gente que isto habita é tôda, com pouca diferença, da côr da do Brasil, e quase do mesmo trajo, porque em partes andam as mulheres vestidas. As línguas são totalmente diversas, e elas foram só as que os defenderam dos homens de São Paulo, não bastando para isso nem a resistência, nem as armas, nem a multidão. Tomavam (alguns), e como lhes não entendiam a língua os tornavam a lançar de ali, pela maior parte em diferentes terras. Espero em Deus que êstes, que por ali foram semeando, nos hão de servir muito algum dia para a conversão, porque terão aprendido as línguas e podem ser intérpretes de umas nações a outras. O modo com que êstes índios recebiam os portuguêses era ordinàriamente de paz, e só com sinais de grande espanto e pasmo, que lhes causava a novidade de gente e trajos que nunca tinham visto; e outros havia que, ou de maior valor ou de maior mêdo, tomavam as armas e se punham em defesa de suas casas. E perguntando eu a um dos cabos desta entrada, como se haviam com êles, me respondeu com grande desenfado e paz de alma: «A êsses dava-mos-lhes uma carga cerrada, caíam uns, fugiam outros, entrávamos na aldeia, tomávamos aquilo que havíamos mister, metíamo-los nas canoas e, se algumas das suas eram melhores que as nossas, trocávamo-las e prosseguíamos a nossa viagem». Isto me respondeu êste capitão como se contara uma ação muito louvável; e assim fala tôda esta gente nos tiros que fizeram; nos que lhe fugiram, nos que alcançaram, nos que lhe escaparam, nos que mataram, como se referiram as festas duma montaria, e não importavam mais as vidas dos índios que as dos javalis ou gamos.

Todos êstes homicídios e latrocínios se toleram em um reino tão católico como Portugal, há mais de sessenta anos, pôsto que, no tempo em que estivemos sujeitos a Castela, se acudiu com provisões reais e breves dos Sumos Pontífices, que se não guardaram. Com a restituição da Coroa ao legítimo rei se nos acabou a desculpa destas maldades, (que) ainda se continuam como dantes, sem haver por elas nem devassa, nem (procedimento), nem castigo, nem ainda por pejo do mundo um leve homízio; senão pública e total imunidade.

O merecimento porque são concedidos aos sertanistas de São Paulo êstes privilégios, declaram êles mesmos com muita galanteria, não sei se com igual verdade, que o ouro que se tira das minas

de São Paulo, se põe em barretas em que se vai a cunhar, e dizem êles que, em fazendo barretadas a êstes ministros com estas barretas, logo ficam tanto em suas graças que dos seus pecados lhes fazem virtudes. De alçadas que foram a São Paulo e governadores que têm ido ao Brasil se contam casos particulares e verdadeiros. O pior será que as cortesias destas barretadas tenham também lugar na côrte. O certo é que os maiores autores dêstes delitos à côrte vão, na côrte vivem, na côrte requerem, na côrte se lhes corre a fôlha, sendo que, se se correram as de todos os matos do Brasil, se haviam de achar tôdas tintas com o sangue destas tiranias e nenhuma havia de haver que se não convertesse em línguas para pedir castigos e vinganças ao céu. Mas ainda mal, porque vemos os castigos e o maior de todos é não acabarmos de conhecer que é esta a principal causa.

Se os reis não emendarem por si estas tiranias, não há que esperar que os autores delas tenham nunca emenda. E bem se viu na ocasião desta jornada, porque, sôbre virem tão açoitados e castigados dela, a contrição que tiraram dêste castigo foi embarcarem-se logo alguns que em São Paulo têm maior poder e mais (cabedal), para de lá tornarem ao sertão do Pará, e tirarem dêle os índios Tupinambás e outros da língua geral, de que aqui tiveram notícias, e se teme que já os terão levado.

Estas são, Padre Provincial, as notícias que posso dar a V. Rev.ª desta conquista do Maranhão de onde faço esta.

Antonio Vieira

INFORMAÇÃO DE MANUEL BARRETO DE SÃOPAYO

V. Sa. me ordena da parte de S. A. lhe dê plenária Informação da gente de São Paulo, distrito do govêrno do Rio de Janeiro, de seus serviços e progressos no descobrimento daquele sertão, e da próxima notícia de estar um cabo desta gente nas cabeceiras do Rio dos Tocantins, e Grão Pará, segundo as notícias e papéis que houver no Conselho desta gente, e seu procedimento, para S. A. mandar deferir à consulta sôbre a confirmação do perdão, que pede Fernão de Camargo, em nome das famílias dêste apelido, e da dos Pires, todos daquela vila, em virtude da Provisão que lhes passou em o ano de 655 o Conde de Atouguia, sendo governador e capitão geral do Estado do Brasil, pelas causas que apontam na Provisão de que se envia a cópia.

A vila de São Paulo contém em si e em seu recôncavo mais sete vilas, e tôdas terão vinte mil vizinhos; é anexa à Capitania de São Vicente, onde assiste capitão-mor, e ouvidor de capa e espada, postos pelo denotário, o Marquês de Cascais; governa-se a de

São Paulo na forma das demais do Reino com oficiais da Câmara e juízes ordinários pela ordenação; e sôbre a eleição dos oficiais é que tiveram as ditas famílias os debates, e controvérsias, que a Provisão acusa: os ouvidores do Rio de Janeiro vão em correição a estas vilas, como corregedores da Comarca.

A causa de não quererem consentir algumas vêzes êstes ouvidores para que presistam (persistam) na dita vila (pôsto que os deixem entrar nela em correição) é que, sendo amantes da justiça, experimentam que êstes ouvidores e alguns criminosos, que a ela se acolhem, os multam a dinheiro, sem lhes darem o castigo, que por seus crimes merecem, com que os ouvidores publicam, que êstes moradores lhes não consentem fazer ali estas vexações.

Sendo que os moradores daquela vila vivem conforme as leis do Reino e muito obedientes às ordens de S. A., e depois da concepção (concessão) do perdão do Conde Atouguia não houve até o presente controvérsia alguma, antes estão unidas por casamentos umas famílias com outras, dando-se ao descobrimento do sertão, e à fábrica e lavoura dos frutos da terra, de que é abundante, provendo o Rio de Janeiro e mais capitanias de farinhas, carnes, algodões, legumes, e outros gêneros até à Bahia, e por sua indústria tem fabricado as vilas de que se fêz menção, e outras muitas povoações, sem ajuda do braço de S. A.

Em vários tempos, tôdas as vêzes que foram chamados para o serviço de S. A., o fizeram com muita prontidão, assi com as pessoas, como com o socorro de mantimentos, o que se experimentou no sítio da Bahia e guerras de Pernambuco, em que tiveram diferentes encontros com o inimigo, cortando aqueles sertões, e fazendo-lhe grande dano.

Desta vila saiu o Mestre de Campo Antônio Raposo, em descobrimento dos sertões, empenhando-se de tal modo que, vindo a parar em Quito, daí pelo Rio das Almanzonas veio sair ao Maranhão, em cuja viagem passaram grandes trabalhos e gastaram mais de três anos.

Êstes moradores são aquêles que por várias vêzes vieram à Bahia a desbaratarem o gentio Tapuia, que lhes destruía o recôncavo, e êstes mesmos desbarataram todo o gentio que assistia na parte do Sul, para poderem os portuguêses viverem seguramente em suas fazendas, e casas como fazem atualmente sem moléstia alguma.

Pròximamente nos anos de 672 e 73 vieram, por ordem dos governadores do Brasil Alexandre de Sousa e Afonso Furtado, outra vez à Bahia com mais de 400 pessoas brancas, fora mamelucos e índios, a dar guerra ao gentio bárbaro, que senhoreava o recôncavo, e tinha feito cruéis estragos, e hostilidades em seus moradores, por cujas causas se despejaram as vilas de Cairú, Camamú e Boipena, e com vários sucessos destruíram as nações dos Tapuias, Tupis, Bangaios e Moracas, deixando aquelas terras livres, e os moradores quietos, sendo cabos desta gente Estevão Bayão Ribeiro Parente e Brás Roiz de Arsão, os quais com a sua gente presistem (persistem) nas terras que o gentio possuía, começando nelas a fazer colônias, e pedindo licença a S. A. para erigirem vilas à sua custa.

Também a S. A. se fêz presente como êstes moradores estão despostos ao descobrimento dos haveres daqueles sertões, tanto assi que Fernão Dias Pais, o mais rico e poderoso de escravos, se dispos à sua custa, por servir a S. A., a entrar em 673 no sertão, com gente considerável, ao descobrimento das minas das esmeraldas e serra da prata, e a êste cabo escreveu S. A. carta de agradecimento por êste serviço, e o mesmo fêz à Câmara de São Paulo e a vários moradores, pelo aviso que fizeram de se disporem a êste emprêgo.

Outras muitas tropas dêstes moradores têm cortado aquêle sertão com considerável despesa, e aberto caminhos, que os faz hoje mais correntes para o descobrimento, que se pertende (pretende).

Ùltimamente passou um cabo, com 200 brancos, 200 mestiços e 400 arcos desta vila, à sua custa, cortando imensidade de caminhos e vindo parar nas cabeceiras do Rio dos Tocantis (Tocantins) e Grão Pará, onde está assistente com esta gente, e se tem notícia que deram com minerais, por terem formado casas e aberto estradas para a vila de São Paulo, como avisou o governador do Maranhão, Pedro César, por cuja causa S. A. foi servido enviar por via do Maranhão ao padre Antônio Raposo, natural da vila de São Paulo, com cartas a êste cabo, e para trazer resposta e aviso da causa de sua demora naquele sítio, e partiu em 8 de maio passado.

Esta é a gente de São Paulo, seu procedimento e que nunca negaram a vassalagem devida a S. A., sendo por tudo beneméritos da mercê que pertendem (pretendem) alcançar. E esta é a notícia que posso dar a V. S. plos papéis desta Secretaria assi o poder fazer presente a S. A. na forma que V. S. me ordenou, cuja pessoa guarde Nosso Sr.. Da Secretaria, 6 de junho de 674.

MEL. BARR.TO DE SÃOPAYO.

(Arquivo Histórico Colonial — Rio de Janeiro — doc. 6.º 1 218).

NOTA DA EDITÔRA

Cardernos de História ao publicar seu 11.º volume, desejam agradecer aos seus leitores, sem os quais não seria possível levar avante êste empreendimento, hoje inteiramente vitorioso.

E é contando com seu apoio que a Editôra Obelisco irá divulgando trabalhos e documentos raros e que se encontram dificilmente ao alcance dos estudiosos, que necessitam procurá-los nas bibliotecas públicas ou obtê-los, com sacrifícios, na maioria dos casos, de particulares. Entre êles estamos editando, também, trabalhos de autores contemporâneos, que apresentam interêsse pela pouca divulgação dos assuntos tratados ou pela originalidade que possam apresentar.

Agradecemos, também, e nos declaramos penhorados a quantos têm escrito sôbre os *Cadernos,* mostrando a melhor compreensão e incentivando-nos a continuar. São vozes autorizadas, e, por isso mesmo, constituem o maior prêmio e a mais alta recompensa aos editores e ao diretor desta coleção. Entre os que escreveram a respeito da iniciativa, tecendo honrosos comentários, desejamos destacar: Joel Pontes, Nelson Werneck Sodré, Pinto de Aguiar, Leonardo Arroyo, Herculano Pires, Judas Isgorogota, Antônio D'Elia, Raquel Glezer, Rolmes Barbosa, Péricles da Silva Pinheiro e Henrique L. Alves.

Ao ensejo, desejamos esclarecer aos leitores que, com exceção da preciosa obra de Antonil e do importante trabalho de Perdigão Malheiro, tôdas as outras ou documentos foram publicados da íntegra. Do livro de Antonil publicamos tôda a parte relativa ao ouro, pois que julgamos de grande utilidade sua divulgação, e não as outras, ou especialmente a relativa ao açúcar, porque esta se encontra suficientemente conhecida através de citações e de publicações a respeito da matéria. No que diz respeito à obra de Perdigão Malheiro, editamos a parte relativa à história da escravidão no Brasil, o que realmente interessa aos estudiosos das coisas pátrias.

Os demais trabalhos, como a *História da Província Santa Cruz* e o *Tratado da Terra do Brasil* de Gandavo; a *Informação do Brasil e suas Capitanias* (1584) de Anchieta; o *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Sousa, foram publicados na íntegra; não houve, portanto, seleção de trechos ou de capítulos. Julgamos necessárias estas explicações, porque muitos leitores podem julgar pelo feitio dos *Cadernos* que se trate de trechos escolhidos. Quando os volumes assim não se apresentarem, as Notas Explicativas dirão do critério adotado, tal como foi feito nos *Escritos Políticos de José Bonifácio.*

Composto e Impresso nas
Oficinas da Editôra Obelisco Ltda.
Rua Anhanguera, 56/66
Caixa Postal, 1821
Telefone: 51-3095